

MARCOS COIMBRA

SOCIÓLOGO E CIENTISTA POLÍTICO
MARCOS.COIMBRA@UAI.COM.BR



MARCOS MICHELEIN/EM

Boas notícias

Boas notícias são, obviamente, notícias boas. Veja-se essa recente, do Brasil ter ingressado no grupo de países classificados como de "alto nível de desenvolvimento humano", na ordenação internacional que a Organização das Nações Unidas compila periodicamente. Sem dúvida nenhuma, é uma boa notícia.

Pode, no entanto, haver alguns problemas com as notícias boas, de acordo com o momento em que vêm e a que se referem. Mais freqüentemente, os problemas que elas podem trazer estão na sua interpretação. Quando mal interpretadas, as boas notícias são um perigo.

A respeito da ascensão brasileira ao grupo de alto IDH (que afinal não chega a ser seleto, uma vez que nele estão 40% dos países deste nosso mundo de hoje, tão cheio de nações miseráveis), há que andar com cuidado nos festejos e nas explicações. Senão, podemos errar feio.

Nosso presidente Lula, por exemplo, ficou tão satisfeito com a notícia que voltou a suas imagens do "dedo de Deus", que ele tem enxergado a toda hora, especialmente depois da descoberta do campo petrolífero de Tupi. Como naquele caso, Lula viu um sinal de como Deus está nos tratando bem, neste governo que faz. Segundo ele, foi uma prova de que o Brasil é um país "abençoado".

Não há, evidentemente, nada de errado na expressão da fé do presidente, que tem o

mais sagrado direito de ser um homem religioso. Daí, no entanto, a saudar essa notícia como fruto de uma espécie de boa-vontade divina, a distância é grande.

Boas notícias, no mundo real, têm que ser relativizadas. O Brasil melhorou seu desempenho absoluto em apenas 11 milésimos, nos últimos cinco anos, e caiu uma posição na escala do IDH. É pouco, muito pouco, para comemorar dessa maneira.

Seria muito grave se essa notícia (que por menor que seja continua a ser boa), levasse o governo a supor que nada há a mudar no caminho que está trilhando, seja na política social, seja na condução do processo econômico. As pequenas melhoras alcançadas, em vez de justificar comemorações, deveriam ser entendidas como sinal de quão pouco eficientes estão sendo as ações que nossa sociedade desenvolve para elevar o padrão de vida da maioria da população.

Ou seja, não só fomos muito menos capazes que outros países parecidos conosco de começar cedo, como continuamos a andar em ritmo muito inferior ao que seria desejável. Em matéria de IDH, somos péssimos alunos. Temos muito a lamentar: o tempo que já perdemos e a pífia velocidade com que avançamos.

Na interpretação oficial desses resultados, Lula procurou se apropriar da "promoção", dizendo que ela



confirma o acerto das decisões de seu governo. Para ele, a entrada do Brasil no grupo dos países de alto IDH é uma dupla vitória: do Bolsa-família e da opção que fez de ajuste fiscal. Seria porque o governo manteve um gasto social expressivo, fundamentalmente nos programas de complementação de renda, assim recusando a ortodoxia de "ajuste a qualquer preço", que teríamos sido içados à categoria de país de elevado

nível de desenvolvimento humano. A equação seria simples: Bolsa-Família = alto IDH.

Isso não é verdade. O que mais explica a mudança na posição do Brasil são os ganhos na educação, para os quais a contribuição específica do governo Lula não é maior que a de seus antecessores no Planalto e nem que a de governos estaduais, prefeituras e organizações da sociedade civil. A rigor, a educação brasileira tem melhorado,

ainda que menos e mais lentamente do que o necessário, pela ação conjunta de todos esses entes, há vários anos. O que a União, sozinha, fez desde 2003 tem impacto pequeníssimo.

Saudar as boas novas é sempre importante, para evitar derrotismos e sentimentos de que nada dá certo. Mas é preciso ir com cautela, senão, logo logo se começa a imaginar que tudo de bom vem de um "iluminado".

ELEIÇÕES

Debate sobre a questão energética é o calcanhar-de-aquiles da ministra para convencer o PT a lançá-la como candidata do partido à sucessão do presidente Lula, em 2010

Dilma é alvo do fogo amigo

DANIEL PEREIRA

Brasília – Cotada na banca de apostas como candidata do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à sucessão em 2010, a chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, enfrentará dificuldade para convencer o PT a lançá-la na disputa. A avaliação é de ministros, senadores e deputados do próprio partido. Eles alegam que a ministra não participa das decisões internas da legenda. Não debate nem defende os projetos petistas. E vive num universo à parte, dedicando-se exclusivamente ao governo.

"A Dilma não é orgânica. O PT não aceita a candidatura de quem não é orgânica, sobretudo em disputas majoritárias", diz uma estrela da bancada do partido no Senado. Ele aposta que a ministra, egressa do PDT e supostamente sem história nas hostes petistas, será mais uma vítima do fogo amigo. Se realizados, os ataques questionarão a política energética do governo, que seria incapaz de afastar o risco de racionamento em médio e longo prazos. Além disso, reforçarão o coro dos descontentes com a execução do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

As duas áreas estão sob responsabilidade da ministra. "A Dilma não tem vida partidária, não participa do debate interno. Minha relação com ela é de sustentação ao presidente Lula", declara um ministro. Integrante do grupo comandado pela ministra do Turismo, Marta Suplicy, que nutre o desejo de concorrer em 2010, o deputado Cândido Vaccarezza (SP) lembra que o PT nem sempre ratifica as escolhas de Lula. Foi assim na última disputa para presidente da Câmara, quando elegeu Arlindo Chinaglia (PT-SP) apesar de Lula, pelo menos de início, defender a reeleição de Aldo Rebelo (PCdoB-SP).

Dilma passou a despertar ciúmes na Esplanada dos Ministérios a partir, sobretudo, do segundo semestre. Apesar de evitar questões eleitorais, foi alçada à condição de pré-candidata depois do resultado dos leilões de concessão à iniciativa privada de sete lotes de rodovias federais.

O governo conseguiu preços de pedágio até sete vezes mais baixos do que os registrados na gestão tucana, mérito creditado por Lula na conta de Dilma. A ministra ganhou ainda mais fisionomia de candidata, segundo petistas e adversários, quando foi escalada pelo presidente para discorrer sobre a descoberta do megacampo de petróleo e gás de Tupi. Para a líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), qualquer avaliação agora sobre sucessão presidencial é prematura.

Ideli dá a entender, no entanto, que pelo menos uma parcela do partido pode receber Dilma de braços abertos, se a ministra estiver bem avaliada e com boas intenções de voto no período eleitoral. "A única resistência do PT é a candidato sem viabilidade. Quem for viável terá grande força no partido." Já o senador Aloizio Mercadante (PT-SP) lembra que a determinação de Lula é para que as discussões sobre a próxima eleição presidencial só sejam iniciadas em 2009.

"Sinceramente, há assuntos mais relevantes e urgentes na pauta do partido." A realidade contradiz a orientação do presidente. Em qualquer roda petista, Dilma é mencionada como nome para o páreo da sucessão. Também aparece como favorito a vestir a camisa do governo na disputa o ministro do Desenvolvimento Social, Patrus Ananias. "É a cara dos programas sociais e não tem aresta", diz um senador. Um degrau abaixo está o governador da Bahia, Jaques Wagner.



Chefe da Casa Civil já recebe críticas de petistas por se distanciar da legenda

Debaixo do braço de Lula

"Uma coisa é certa, o PT terá candidato à Presidência." Proferida pela líder do partido no Senado, Ideli Salvatti (SC), a frase é repetida pela maioria dos petistas, ministros ou parlamentares. Revela certa descrença nas palavras do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que diz sonhar com um único concorrente representando a coalizão governista na campanha eleitoral de 2010, e não necessariamente do PT.

Segundo um ministro petista próximo a Lula, o discurso do presidente é balela. Visa a manter os partidos da base sob rédea curta. A idéia é prolongar ao máximo o debate da sucessão, a fim de conservar a harmonia entre os aliados nas eleições municipais do ano que vem. Este ministro aposta em dois concorrentes da coalizão em 2010. Além do PT, diz que o PMDB também estará no páreo, com o governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, ou o ministro da Defesa, Nelson Jobim. O ministro descarta a possibilidade de o PSB lançar o deputado Ciro Gomes (CE), pois não o consideraria identificado com a legenda. "As condições são para o presidente ser o grande dirigente da sucessão. Ele colocará o candidato debaixo do braço." (D.P.)

JOSÉ VARELLA/CB - 13/2/07